

O alcance da terapia ocupacional no desenvolvimento local¹

Ricardo Lopes Correia

Departamento de Terapia Ocupacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Resumo: Introdução: As questões de vida local compreendem uma trama de significados produzidas cotidianamente, tomadas por processos econômico-sociais que constituem vulnerabilidades que ameaçam a coesão de redes de participação. Projetos em Desenvolvimento Local podem facilitar engajamentos participativos que levem em conta a colaboração entre sociedade civil e poder público para o enfrentamento dessas questões. Objetivo: Analisar o alcance da Terapia Ocupacional na orientação de projetos e ações em Desenvolvimento Local. Método: Trata-se de uma pesquisa documental qualitativa em que foram resgatados documentos produzidos em um projeto de extensão universitária entre janeiro de 2011 e julho de 2015, no município de Itapeva, interior de São Paulo, e tratados sobre procedimentos de análise de conteúdo. Resultados: Foi extraída uma matriz socio-histórica que compreendeu quatro grandes dimensões de fundamentos em Terapia Ocupacional: cotidiano, atividades humanas, habilidades de mediação e projetos de vida coletiva, todas operadas pela metodologia de ensinagem em desenvolvimento local participativo. Conclusão: A Terapia Ocupacional pode alcançar, de forma direta, as estruturas e os funcionamentos políticos para o Desenvolvimento Local, por meio de processos que levem em conta a construção de redes de fazeres que mobilizem o engajamento participativo de agentes locais. Estes processos assentam-se nos fundamentos em Terapia Ocupacional, demonstrando contribuições para novas inserções de pesquisa e assistência.

Palavras-chave: *Comunidade, Desenvolvimento Local, Participação, Terapia Ocupacional.*

The reach of occupational therapy in local development

Abstract: Introduction: The questions of local life comprise a scheme of meanings produced daily and are taken by socio-economic processes that produce vulnerabilities as threats to the cohesion of networks of participation. Projects in Local Development can facilitate participatory engagements that take into account the collaboration between civil society and public power to address these issues. Objective: Analyse the scope of the occupational therapy in the orientation of projects and actions in Local Development. Method: This is a qualitative documentary research in which documents produced from a university extension project between January 2011 and July 2015, in the municipality of Itapeva, state of São Paulo, and content analysis procedures were discussed. Results: A sociohistorical matrix was extracted that comprised four large dimensions of knowledge in occupational therapy: daily, human activities, mediation skills, and collective life projects, all operated by the teaching methodology in participatory local development. Conclusion: Occupational therapy can directly reach the structures and political functions for Local Development, through processes that take into account the construction of networks of actions that mobilize the participatory engagement of local agents. These processes are based on the foundations of occupational therapy, demonstrating contributions to new research and assistance insertions.

Keywords: *Community, Local Development, Participation, Occupational Therapy.*

1 Introdução

Este artigo aborda as dimensões do conhecimento em Terapia Ocupacional no alcance do desenvolvimento local, enquanto efeitos observáveis nos modos de operar transformações políticas nas questões de vida local.

Os eixos teóricos para esta pesquisa perpassam as questões do desenvolvimento e da Terapia Ocupacional no campo social através de processos econômico-sociais. Para tanto, delineou-se uma pesquisa documental em que foram resgatados documentos de um projeto de extensão em uma cidade do interior de São Paulo. Esse tipo de pesquisa permitiu a reconstituição dos processos sócio-históricos do projeto, tendo como objetivo a construção de uma matriz, informando dados implícitos para a compreensão dos elementos da área de conhecimento em Terapia Ocupacional, que alcançaram, em certa medida, a política de Desenvolvimento Local da cidade.

1.1 Questões de desenvolvimento e a produção das questões de vida local

O crescimento econômico, ou economicismo, foi colocado como paradigma do desenvolvimento por meio de modelos político-econômicos de países como EUA e Inglaterra, após a Primeira Guerra Mundial, quando começaram a ser observadas as necessidades de reconstituir a segurança nacional e impulsionar suas economias devastadas. O caminho tomado foi a forte implantação de indústrias multinacionais, o controle do dólar na regulação do câmbio de importações e exportações (BRESSER-PEREIRA, 2009) e o conseguinte poder sobre os aspectos de crescimento econômico de países da América Latina, África e Ásia (FRANCO, 2004; BAUMAN, 1999).

No Brasil, a consciência desse paradigma só foi despertada no começo dos anos 1950, quando os processos de urbanização de grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, passaram a ser necessários para alavancar a industrialização tardia (VALLADARES, 2005). Ainda, entre 1940 e 1960, se deram os processos de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, que corroboraram para fortalecer os modelos de desenvolvimento das cidades, sustentados na crença de que o crescimento econômico os aproximaria (*catch up*) dos países mais industrializados e dominantes (BRESSER-PEREIRA, 2009), assim como salvaguardaria a qualidade de vida da população.

Nesse período, houve forte invasão de pesquisadores estadunidenses, ingleses e franceses em território brasileiro, “preocupados” em investigar os processos de transição de áreas rurais e tribais em cidades. Para os sociólogos e antropólogos, naquela época, essa transição ameaçava a estabilidade dos países anglo-saxões, com grandes interesses políticos nas reservas naturais brasileiras, sendo necessário um contingente local para a sua manutenção e exploração. Além disso, Oliveira e Maio (2011) destacam que o medo da violência, de governos corruptos e a miséria que assolava tanto o Brasil como os demais países do Sul eram uma ameaça para o desenvolvimento das cidades, implicando a ordenação político-econômica dos países do Norte.

Desta forma, estabeleceu-se no Brasil, motivado pelo que vinha sendo investigado pelos estrangeiros, a divisão política entre comunidade e sociedade. O primeiro teórico a fazer tal distinção foi Ferdinand Tönnies (D’AVILA NETO, 2002), que compreendia as comunidades como o agrupamento de pessoas, por vínculos primitivos, tradicionais e de mútua-ajuda, e as sociedades como processos mais complexos de organização, com fortes aspectos de individualização nas atividades e dispersão nas estruturas sociais. Foi nos Estudos de Comunidades, sustentados nas concepções teóricas de Tönnies, que houve a consolidação das Ciências Sociais, permitindo embutir as ideologias das transformações de comunidades em sociedades como uma invenção de seu objeto de estudo (VALLADARES, 2005).

A operacionalização do paradigma desenvolvimentista foi tomada por agências governamentais, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a partir do projeto político de Desenvolvimento de Comunidades (DC), proposto no Brasil, como em demais países da América Latina e de África, sob o discurso da melhora da qualidade de vida dessas nações. O DC velava a ideologia de fortalecer e expandir a economia de países dominantes, tendo os “não desenvolvidos” e em “desenvolvimento” como suportes marginalizados para uma economia globalizada (OLIVEIRA; MAIO, 2011; D’ARAUJO, 2010; VALLADARES, 2005; BAUMAN, 1999; SOUZA, 1987).

A primeira vez em que os termos “não desenvolvido e em desenvolvimento” foram utilizados, para designar a compreensão das diversas realidades dos países menos industrializados, foi no discurso do presidente Harry Truman, em sua posse nos EUA, em 1949, para instaurar o contraponto de desenvolvimento entre hemisfério Norte e hemisfério Sul, sendo esse

último tratado pelo presidente como o abrigo para o progresso do primeiro (SOARES, 2010).

O modelo de DC, segundo Azevedo (1998), sofreu forte influência do programa estadunidense chamado *Peace Corps*, que consistia² em recrutar estudantes em caráter voluntário para desempenhar planos de intervenção – métodos e atividades, para organizar socialmente camadas mais pobres da população do Sul a superar a violência e a pobreza; dois fenômenos complexos e multifacetados capturados pelos EUA, sob o discurso naturalizado do subdesenvolvimento.

O *Peace Corps* foi criado por John Kennedy, logo em seu primeiro ano como presidente dos EUA, em 1961, segundo seus referenciais religiosos protestantista e de governo progressista, como também, assustadoramente, de uma novela de 1958, escrita por William Lederer e Eugene Burdick, chamada *Ugly American*, que narra a história de um engenheiro que abandona a preocupação com a aparência pessoal e os bons costumes de uma classe burguesa, para desenvolver um programa de assistência a pessoas pobres no Sudeste asiático. O personagem ensina aos pobres uma série de técnicas para geração de renda em cadeias de produção e consumo, atividades lúdicas e culturais, oriundas de seu país; ele observa os efeitos gerados, tendo como moral da história o quanto a cultura estadunidense pode salvar a humanidade, retirando pessoas da zona de primitivos, não desenvolvidos, para o patamar de desenvolvidos (AZEVEDO, 1998).

A compreensão dos *Peace Corps* de que a instabilidade dos países periféricos, sustentada e motivada por governos corruptos, ameaçava a centralidade do poder econômico dos EUA, assim como a sua segurança nacional, reforça outro aspecto importante destacado por Báez (2010) - o memoricídio dos países latino-americanos.

O memoricídio constitui uma prática consciente e planejada pelos países dominantes, em especial das nações globalizadas estadunidense, inglesa e francesa³ (não excluindo os processos coloniais da Espanha), que objetivou o extermínio das culturas dos povos colonizados desde o começo do século XVI (BÁEZ, 2010). A destruição cultural da memória, dos saberes e das produções de um determinado povo originário em seu território é a forma mais eficiente, como afirma o autor, de estabelecer o poder e a influência econômica e política⁴.

Neste sentido, é necessário que uma nação colonizada sinta que a sua cultura é desprezível, como também barreira para o seu desenvolvimento, tendo que “se nortear” pela cultura do colonizador. Os *Peace Corps* deram continuidade aos processos de

memoricídio no Brasil, trazendo em suas bagagens o valor missionário às favelas do Rio de Janeiro, ao sertão nordestino e aos povos e comunidades tradicionais da região amazônica by *Ugly American*.

Com o processo de redemocratização dos países da América Latina em meados dos anos 1980, observou-se a derrocada dos projetos de DC e do *Peace Corps* (1961-1981), no tocante aos questionamentos e críticas denunciados pelos movimentos sociais, mais engajados politicamente, sobretudo dos movimentos de alfabetização e educação popular, motivados pelas teorias e experiências de Paulo Freire, que deram por fim o envolvimento das populações com as pedagogias colonizadoras.

As obras do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes, em especial *Comunidade e Sociedade no Brasil*, de 1975, também contribuíram, dentro do campo acadêmico brasileiro, para motivar questionamentos sobre a emergência da crítica colonial sobre os modelos de desenvolvimento e os estudos de comunidade no Brasil (OLIVEIRA; MAIO, 2011). No entanto, Valladares (2005) argumenta que o contexto ideológico de missão gerado pelo DC, operado pelo *Peace Corps*, perpetuou representações estigmatizantes, ainda hoje, no raciocínio e estratégias para a superação da pobreza e violência, como nas políticas de Assistência Social e Saúde, como também na extensão e pesquisa universitária.

A dicotomia entre comunidade e sociedade foi colocada, então, como chave de leitura importante para a compreensão do paradigma economicista do Desenvolvimento no Brasil no começo dos anos 1940 – primeira onda do desenvolvimento. Já no começo da década de 1990 (SOMEKH, 2008), a partir do próprio questionamento do PNUD, do Banco Mundial – BM e da OIT, sobre a implantação equivocada de modelos anglo-saxões em países da América Latina, África e Leste asiático, reconheceu-se a responsabilidade, segundo Ugá (2011), pela grave acentuação das desigualdades geradas.

Somado ao avanço das tecnologias de informação, a economia se tornou mais do que a produção monetária, e sim a capacidade de nações industrializadas estabelecerem fluxos econômicos de investimento, controle e poder sobre o mercado - instituições de operação e mediação do acesso aos bens de consumo (D'ARAUJO, 2010; BAUMAN, 1999).

Para Ávila (2008), os fluxos econômicos contraditórios, desiguais, como um segundo paradigma do Desenvolvimento – segunda onda, tomam a vida cotidiana, produzindo subjetividades e modos de estabelecer relações. Por isso, tratar dos aspectos econômico-sociais na atualidade é dar-se

conta de suas forças no cotidiano e suas influências na mediação entre desejos e mercados de consumo (BAUMAN, 1999).

Os processos capitalistas na América Latina, na segunda onda do Desenvolvimento, aprofundaram a problemática da pobreza (UGÁ, 2011), colocando-a como a questão social central dessa região. Para Baquero (2013) e Montañó (2012), a pobreza tornou-se mais evidente, nestes últimos 50 anos, como o conjunto multifacetado de elementos que funcionam como barreiras ao desenvolvimento humano e social, tendo a colonização, a má distribuição de renda, o desemprego estruturado, a baixa escolarização, políticas antidemocráticas, a violência e a violação de direitos humanos como importantes marcadores das ameaças da coesão social.

D'Araujo (2010) argumenta que quanto mais as instituições, sejam públicas ou privadas, apreendem os valores de fluxos contraditórios, em interesses independentes e lucrativos exclusivamente de mercados. Assim, mais vulnerabilidades nas redes de coesão social são encontradas, produzindo sujeitos menos solidários, mais individualizados e pouco preocupados com ações coletivas.

Sob a perspectiva de Sen (2000), os fatores que produzem o fenômeno da pobreza impedem a conversão de habilidades humanas em capacidades, ou seja, aviltam as possibilidades das pessoas operarem com autonomia e interdependência as estruturas e os sentidos de suas trajetórias de vida. Isso significa superar compreensões de décadas anteriores de que a pobreza é um dado natural e figurado em determinados indivíduos, como expresso nos discursos da primeira onda do Desenvolvimento pelas políticas missionárias estadunidenses.

A globalização da economia, processo recente que designa a internacionalização do poder político-econômico (BAUMAN, 1999), é imaterial. Trata-se de uma ideologia para motivar a diminuição da distância entre os desejos e os mercados de consumo. No entanto, o percurso para essa diminuição, em particular às nações mais pobres e emergentes, constitui-se em uma série de vulnerabilidades, injustiças e não participação democrática na vida cotidiana e política, que agregam valores de segregação e estigmas em torno da produção de bens sociais.

A compreensão dos fluxos globalizantes contraditórios, como apontada por Ávila (2012) e Bauman (1999), é poder sobre a produção e operacionalização de ativos, ou capitais, ou seja, os bens físicos, econômicos, humanos, sociais e culturais que possibilitam, mais ou menos, a emancipação e independência de indivíduos e coletivos. Segundo

os autores, os ativos físicos são as estruturas, como a arquitetura urbana, os equipamentos públicos e privados; os financeiros, o circuito de investimentos, lucro, giro de capital e consumo; os ativos humanos são habilidades e as características individuais e os ativos sociais são as redes de relações interpessoais construídas, com base em atividades cotidianas comuns. Coloca-se, ainda, como apontado por Bourdieu (2004), o capital cultural como um ativo simbólico dos saberes e práticas de um grupo, que conformam, em curso, suas identidades dentro de um determinado campo social.

A pobreza é um dos fenômenos que produzem a segregação do espaço social (MARQUES, 2010) e, a partir de sua territorialização, expõe as barreiras que impedem a produção e o uso de ativos. Para D'Araujo (2010) e Valladares (2005), a territorialização da pobreza é o que permite a perpetuação de representações sociais estigmatizantes, pois funciona como categoria de análise do desenvolvimento nas dinâmicas e estruturas entre espaços e populações. É nesse ponto que se identifica nos discursos científicos, em especial nas Ciências Sociais e da Saúde, como deflagrados por Fragozo (2005), a compreensão de comunidade enquanto território pobre, que dá o tom e a visibilidade macrosocial nas políticas de governo.

Em 1990, começaram a surgir, segundo Ribeiro (2005), ressignificações políticas e acadêmicas em torno das questões do Desenvolvimento, que objetivaram superar o paradigma economicista e missionário como fator de elevação da qualidade de vida de populações colonizadas e marginalizadas. Para tanto, colocou-se como necessária a perspectiva de estruturas teórico-práticas mais endógenas, de resgate, valorização e reconhecimento dos saberes locais, como processos culturais, dialógicos e críticos em relação a culturas externas para a formação de redes de cooperação. Dessa maneira, o Desenvolvimento passou a ser compreendido como expansão de liberdade (SEN, 2000), experimentada por indivíduos e coletivos na medida em que são oferecidas, criadas e exploradas condições substanciais, políticas, para operar a vida.

Assim, passou-se a estabelecer, com grande força nos países da América Latina, o Desenvolvimento Local (ÁVILA, 2000) como um modelo que privilegia as dimensões simbólicas e microterritoriais das relações sociais, das quais, a partir de suas redes de significação, valores, estruturas e dinâmicas, emergem estratégias que possam produzir, influenciar e modificar os ativos expressos pela dimensão global, sem que a dimensão local seja suprimida, o que,

para Somekh (2008), define-se como movimentos mútuos locais.

Sob esta perspectiva, o local é compreendido como uma dimensão relacional e simbólica (CORREIA, 2017; AKERMAN, 2005; COSTA, 2008; SANTOS, 2014), com características espacial, temporal, sociocultural e de resistência à colonização estrangeira dominante (MIGNOLO, 2013), constituída pelas redes ideológicas e de sentidos de comunidade (COSTA, 2008) entre sujeitos que se identificam mutuamente pelas atividades que produzem no cotidiano (CORREIA; ROCHA, 2016).

Os sentidos de comunidade incluem uma ideologia crítica dos processos coloniais (MIGNOLO, 2013) que propõe superar a relação dicotômica entre sociedade, entendendo-a não como um território, um *locus*, e sim como um dispositivo que emerge das estratégias de enfrentamento nos processos de dominação, pauperização e memoricídio das culturas dominadas, que ameaçam a sua coesão social, ou seja, a comunidade é expressão de questões sociais (D'AVILA NETO, 2002).

De acordo com Correia (2017), Ávila (2012, 2000), Costa (2008), Franco (2004) e Souza (1987), uma compreensão ideológica de comunidade é a relação imersão-identificação, ou seja, quando um coletivo toma consciência das ameaças que colocam em risco a coesão de sua própria existência como unidade social, determinadas ações e projetos comuns só podem ser levados a cabo pela ação coletiva engajada, ativa e consciente. Assim, o coletivo aciona-se como comunidade por processos de imersão-identificação.

Diversas abordagens, sob o modelo de Desenvolvimento Local, vêm sendo utilizadas para o processo de tomada da consciência crítica sobre as questões que se expressam na vida local. Uma delas é o desenvolvimento local participativo (DLP) (FÉLIX et al., 2009; ÁVILA, 2000). Trata-se de uma abordagem educativa que ilumina o paradigma da participação como meio e fim na prática em projetos mutuamente construídos entre agentes locais e externos, públicos e privados, para a construção de redes interpessoais de atividades com valores socioculturais para o desenvolvimento enquanto liberdade (CORREIA; ROCHA, 2016).

Correia e Rocha (2016), Félix et al. (2009) e Ávila (2012, 2008, 2000) argumentam que o DLP se dá por processos de ensino-aprendizagem entre agentes locais de diversos segmentos e agentes externos. Nessa experiência, estratégias educativas podem ser criadas e exploradas para colocar em prática atividades participativas para o enfrentamento das questões de vida local.

A operação prática e concreta do DLP é a construção de projetos de vida coletiva, que permite a produção de comunidades (FRANCO, 2004), por meio de agendamentos de demandas locais, da criação e exploração de estratégias compartilhadas e do compromisso e apoio mútuo entre os agentes da sociedade civil, poder público e instituições públicas e privadas e do terceiro setor (CORREIA; ROCHA, 2016).

Segundo esses pressupostos, os processos em DLP são, então, uma prática político-educativa em que a comunidade é uma ideologia e finalidade que se espera emergir nos processos de participação para o Desenvolvimento, o que nos aponta, segundo Bauman (2003) e Franco (2004), a possibilidade de uma terceira onda do Desenvolvimento, em que o paradigma é compreendido como comunitário.

1.2 A Terapia Ocupacional e o desenvolvimento local: as expressões das questões econômico-sociais na ocupação humana

A ocupação humana é um dos sentidos sobre o objeto de conhecimento em Terapia Ocupacional, sendo esse os modos de participação de indivíduos e coletivos nas atividades da vida cotidiana. Terapeuta ocupacional é o/a profissional que se engaja em uma relação com as pessoas, para criar e explorar estratégias conjuntas de facilitação à participação nas atividades que estruturam e dão sentido à vida.

Como argumenta Costa (2008), longe de consensos, o que torna comum os sentidos sobre o objeto de conhecimento em Terapia Ocupacional é a relação que as pessoas constituem ao longo da vida com o mundo e o ambiente que as cercam, permitindo, como expõe Guajardo (2012), processos histórico-sociais sobre suas identidades e atividades produzidas cotidianamente.

As atividades são produzidas e desempenhadas por atravessamentos corporais, sociais, culturais, econômicos, de gêneros, raciais, étnicos, históricos, entre outros, que podem ser compreendidos como forças que constituem campos (BOURDIEU, 2004), que aproximam e distanciam paradigmas, coexistindo em tentativas explicativas e compreensivas sobre a relação entre pessoas e seus ambientes e os produtos dessa relação.

Em tela, iluminar os campos enquanto forças que atravessam os sentidos sobre o objeto do conhecimento em Terapia Ocupacional permite avançar e ampliar visões sobre a diversidade dos

modos em que a participação humana se dá. Para isso, é importante o exercício de idas e vindas, para dentro e para fora, do objeto do conhecimento.

Sobre o interesse desta pesquisa nos processos econômico-sociais como forças que conformam a ocupação humana e desvelam paradigmas sobre o Desenvolvimento que se expressam sobre ela, há uma tentativa em aproximar o constructo para dentro do campo social, como propõe Ghirardi (2016, 2012). Nessa perspectiva, para a Terapia Ocupacional, a questão social é colocada como paradigma de suas ações nos coletivos, compondo e propondo

[...] estratégias de facilitação dos percursos participativos que, se bem-sucedidos, devem criar condições para que se ultrapasse a posição de destinatário de serviços de assistência e se avance em direção à posição de produtor de bens e de valores sociais (GHIRARDI, 2016, p. 72).

Os percursos de facilitação da participação nas atividades cotidianas centram-se na ação comunicativa (GHIRARDI, 2016) de agentes envolvidos nos processos terapêutico-ocupacionais econômico-sociais e em suas

capacidades individuais e coletivas de produção de soluções próprias para problemas cotidianos [...] como formas de superar limitações [...] de participação social (GHIRARDI, 2016, p. 76).

Sobre os processos terapêutico-ocupacionais, segundo a autora, “seria ingênuo pensar que a terapia ocupacional pode contribuir para a geração de renda para populações economicamente periféricas” (GHIRARDI, 2016, p. 74), caindo no risco de reproduzir a onda economicista e política da dominação, pauperização e memoricídio como formas de elevar a qualidade de vida. Gerar renda, segundo a autora, não é atribuição técnica de assistência, no mais, pode a Terapia Ocupacional contribuir nos coletivos que experimentam as ameaças e vulnerabilidades de sua existência, decorrentes das expressões de fluxos globalizantes contraditórios, e gerar

[...] valor social, na medida em que consegue instaurar dinâmicas coletivas propiciadoras de reflexividade comum, do resgate da confiança em si mesmo e nos outros, além da valorização do saber-fazer coletivo (GHIRARDI, 2016, p. 47).

Estudos que demonstram as contribuições da Terapia Ocupacional na perspectiva do Desenvolvimento são quase inexistentes, no entanto encontramos uma série de outras produções na área que nos permitem nos aproximar de categorias que exercem funções estruturantes em seus fundamentos e possibilitam

ampliar diálogos em torno das questões de interesse aqui apresentadas – o Desenvolvimento Local. Essas produções e categorias, como fundamentos da área de conhecimento em Terapia Ocupacional, já avançaram muito sobre as lógicas e ideologias do *status quo* das práticas sociais, do conhecimento e da função social da Terapia Ocupacional. Com isso, já se compreende, com especial dedicação aos estudos de Ghirardi, que a Terapia Ocupacional há muito deflagrou paradigmas economicistas e caminha, segundo a autora, para a produção de redes de sentidos e fazeres comuns às coletividades.

É sobre esse aspecto da produção de redes de fazeres e modos de participação que se compreendem sentidos como Ocupação Humana, os quais podem contribuir, em certa medida, para a discussão mais ampliada dos fundamentos da área de conhecimento em Terapia Ocupacional para o alcance no desenvolvimento local.

2 Método

Trata-se de uma pesquisa documental qualitativa que compreende o documento como objeto e campo de investigação (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009). Foram garimpados 31 documentos produzidos em um projeto de extensão universitária envolvendo seis instituições de ensino superior (IESs) entre janeiro de 2011 e julho de 2015, no município de Itapeva, sudoeste do estado de São Paulo.

Os documentos são registros que não sofreram inferências nem tratamentos científicos previamente (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015), oriundos das experiências de estudantes de diversas áreas de graduação e de agentes locais do município, que compreenderam a sociedade civil e o poder público. A coordenação do projeto foi conduzida por um docente em Terapia Ocupacional que, por sua constância em todo o período do projeto, introduziu aportes do conhecimento da área de Terapia Ocupacional, compreendidos como fronteiriços, ou seja, compartilhados entre todos os agentes envolvidos, e que orientaram o desenvolvimento de ações em desenvolvimento local no município.

Os documentos foram lidos na íntegra, com profundidade, e catalogados com base no procedimento de Análise Documental (PIMENTEL, 2001), que consistiu em extrair seus tipos, naturezas e unidades temáticas que informaram as ideias centrais do projeto e dos aportes utilizados. Foram construídos quadros explicativos, em linhas históricas, sobre as informações extraídas, tanto descritivas como

imagéticas, a fim de orientar a construção de categorias. Na pesquisa documental:

As informações ou dados coletados podem ser obtidos e analisados de várias maneiras dependendo do objetivo que se deseja atingir. Em um estudo qualitativo a busca por dados na investigação leva o pesquisador a percorrer caminhos diversos, isto é, utiliza uma variedade de procedimentos e instrumentos de constituição e análise de dados (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015, p. 57).

Com isso, utilizou-se a abordagem de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016), para, então, emergir as possíveis categorias de análise. Para tal, foram utilizados três procedimentos: a) análise categorial; b) análise de enunciação e c) análise de relação. A primeira permitiu que as temáticas extraídas da Análise Documental fossem aproximadas de estruturas propostas no quadro teórico e transformadas em grandes temáticas-chave ou “núcleos de significado” (PIMENTEL, 2001, p. 190). As temáticas orientaram uma segunda leitura com profundidade, identificando enunciações descritivas e imagéticas que as exemplificassem, formando um conjunto de enunciados relacionados entre si, segundo a contextualização sócio-histórica, ou seja, a construção dialética entre os eventos ocorridos (FREITAS, 2002), que permitiram identificar, desde a origem da inserção do projeto na cidade de Itapeva, as atividades desenvolvidas e os sentidos enquanto respostas para o objetivo de pesquisa: qual é o alcance da terapia ocupacional no desenvolvimento local? Consegiu-se extrair categorias engendradas entre si, entre os saberes e os fazeres da Terapia Ocupacional no projeto de extensão, e elaborou-se uma matriz sócio-histórica, um esquema gráfico capaz de traduzir imageticamente as dimensões de fundamentos em Terapia Ocupacional no projeto de extensão em desenvolvimento local para orientar a discussão e os resultados de forma objetiva, sem perder a complexidade que os processos sócio-históricos apreendem.

3 Resultados e Discussão

3.1 Garimpagem: as informações extraídas da Análise Documental

Foram identificados 31 documentos de natureza imagética, descritiva impressa e *on-line*, dos tipos: registros de atividades, projetos de ação, relatórios finais, reportagens, mapeamentos de redes, carta-ofício, regulamentações e leis. Nesse conjunto, identificou-se a realização de 51 atividades (Tabela 1) denominadas Projetos de Vida Coletiva (PVC), os quais foram desenvolvidos em um período médio de nove dias

consecutivos por semestre, entre janeiro de 2011 e julho de 2015, totalizando oito inserções da equipe de extensão. Em janeiro de 2013, não houve atividades por questões administrativas do município.

O projeto foi coordenado por um docente da área de Terapia Ocupacional e envolveu, em média, 28 estudantes em cada período, totalizando 150 estudantes entre seis IESs distintas⁵ de diversas áreas de graduação. A maioria dos/as estudantes (72) era do campo da saúde (64,2%)⁶.

A cidade de Itapeva fica a 289 km a sudoeste da capital paulista e possui uma população estimada em 93.145 habitantes, sendo 50,7% mulheres e 49,3% homens. Entre a população geral, 70,3% se autodeclararam de cor branca (INSTITUTO..., 2016). Em 2014, Itapeva foi nomeada a quinta região administrativa (RA) do estado de São Paulo, o que significa que é propulsora do desenvolvimento econômico e social de uma região que envolve, além do próprio município, outros 32 (ITAPEVA, 2016).

Nos últimos 26 anos, o município de Itapeva registrou algo em torno de 11% de crescimento populacional e alterações expressivas do seu índice de desenvolvimento humano (IDH), sendo de 0,458 em 1991, 0,745 em 2000, caindo para 0,732 em 2010 (PROGRAMA..., 2010). Entre 1991 e 2013, segundo informações do *Doc. 01 – Itapeva viagem precursora*, Itapeva recebeu forte inserção de médias e grandes indústrias, em particular as de extração madeireira, promovendo ampla emigração populacional de municípios mais pobres do seu entorno, assim como de outros estados, em especial do sul e centro-oeste do Brasil. Em associação às dificuldades de planejamento para o acolhimento estrutural destas, como trabalho, moradia, serviços de saúde, educação e assistência social, observou-se elevação dos custos de vida na cidade, resultando em assimétricos indicadores de vulnerabilidade local, como verificados no último lançamento do índice paulista de vulnerabilidade social (ÍNDICE..., 2016), em que 24% da população do município se encontrava em alta vulnerabilidade nas zonas urbanas e 13,1%, nas mesmas condições em zonas rurais, porcentagens superiores quando comparadas às do estado de São Paulo, de 11,1% e 1%, respectivamente.

A mensuração do nível de desenvolvimento dos municípios do estado de São Paulo é feita pelo índice paulista de responsabilidade social (IPRS), que compreende os dados brutos sobre riqueza econômica, educação e longevidade. Trata-se de um indicador semelhante ao índice de desenvolvimento humano (IDH), do Programa das Nações Unidas, que informa a qualidade de vida da população

Tabela 1. Atividades em desenvolvimento local no município de Itapeva.

Período	Atividades	Locais e sujeitos envolvidos	Projetos de Vida Coletiva	Estratégias
1. Jun/2011	Viagem precursora	Centro de Itapeva	Não consta	Reuniões e pactuações para ação
	1. Ações educativas para família 2. Capacitação profissional 3. Geração de renda 4. Fortalecimento organizacional e participação popular 4. Mobilização da comunidade visando à inclusão social e à formação cidadã 5. Circuito da saúde 6. Promotoras legais da cidadania 7. Campeonato de futebol 8. Quem fica parado é estátua: ginástica para a terceira idade 9. Revelando sua cozinha: receitas econômicas para venda e consumo 10. Feira da saúde e cidadania	Distrito de Areia Branca	Unidade Básica de Saúde	Divulgação em meios de comunicação Visitas domiciliares Entrevista estruturada Reuniões Roda de conversa Grupos educativos Atendimentos assistenciais individuais
3. Jan/2012	11. Levantamento das redes sociais de suporte do quilombo remanescente do Jaó 12. Curso promotoras legais da cidadania	Quilombo remanescente do Jaó Profissionais da saúde, educação, social, segurança e cultura	Unidade Básica de Saúde	Ecomapa Visitas domiciliares
	13. Grupo aberto "Galera Cidadã" 14. Prevenção e cuidado de doenças 15. Atividades socioeducacionais com idosos 16. Educação em saúde bucal com escolares 17. Atendimento odontológico no quilombo do Jaó 18. Levantamento de demandas de capacitação em análises clínicas e de demandas laboratoriais	Jovens do quilombo do Jaó Idosos da Vila Dignidade	Ampliação das percepções sobre as redes sociais de suporte locais e registros das sociabilidades	Imersão Roda de conversa Oficinas Grupos de atividades educativas e culturais
4. Jul/2012				

Tabela 1. Continuação...

Período	Atividades	Locais e sujeitos envolvidos	Projetos de Vida Coletiva	Estratégias
	19. Plano diretor do quilombo remanescente do Jaó	Quilombo remanescente do Jaó	Plano diretor	<i>Brainstorm</i>
	20. Capacitação sobre “Drogas e Adolescência”	Jardim Kantian	Participação e fortalecimento das mulheres nos processos de desenvolvimento local	Fotografias
	21. Imersão na GCM	Trabalhadores de saúde, social, educação, cultura e segurança	Capacitação sobre drogas e adolescência	Celulares para registros fotográficos
	22. Plano de Ação e Integração da Vila Dignidade	Secretários da prefeitura	Mapeamento das sociabilidades e redes sociais de suporte	Rodas de conversa
	23. Alimentação saudável e horta medicinal: quilombo do Jaó – “Integrando e Emancipando Mulheres”	Bairro São Camilo/Vila Dignidade	Mapeamento das redes sociais de suporte	Identificação de representantes locais
	24. Imersão no bairro do Kantian	Jardim Kantian	Capacitação em DLP e planejamento estratégico	Reunião de representantes
	25. Capacitação em desenvolvimento local e planejamento estratégico			Ata
				Oficina
				Aula expositiva
				Roda de conversa
				Formulação de perguntas
				Filmes
				Textos dirigidos
				Dinâmicas grupais
				Visitas domiciliares
				Ecomapa

5. Jul/2013

Tabela 1. Continuação...

Período	Atividades	Locais e sujeitos envolvidos	Projetos de Vida Coletiva	Estratégias
	26. Plano diretor do quilombo do Jaó	Quilombo remanescente do Jaó	Plano diretor	Imersão local
	27. Agenda cultural do quilombo do Jaó	Bairro São Camilo/Vila Dignidade	Agenda cultural Juventude	Diálogo com as lideranças
	28. Visita à Unidade de Saúde da Família do Quilombo do Jaó	Jardim Kantian	Mediação para efetivação de redes sociais de suporte	Inventários sobre objetivos alcançados e problemas identificados
	29. Construindo redes de suporte na Vila Dignidade	Profissionais de saúde, educação, cultura, social, gestão	Aproximação da GCM com outros setores do município	Roda de conversa
	30. Agenda em desenvolvimento local da GCM	Secretários da prefeitura de Itapeva	Fortalecimento da participação dos agentes locais na Associação de Moradores – Construção do memorial	Mediação institucional
	31. Memorial do Jardim Kantian	Trabalhadores da saúde, social, educação, cultura e segurança	Estratégias para implantação da política pública de redução de danos	Documento de parceria
	32. Estratégias para a implantação da política pública de redução de danos	GCM	Gestão pública participativa	Oficina de texto
	33. Oficina de Gestão Pública Participativa	Secretários da prefeitura		Estratégias de divulgação de ações
	34. Curso de Metodologias Ativas de Ensino			Participação nas atividades cotidianas
				Mapeamento da rede social de suporte
				Construção em oficina sobre os objetivos e estratégias
				Ecomapa anterior e verificação de mudanças
				<i>Brainstorm</i>
				Oficinas de memórias e narrativas
				Jogos recreativos
				Dinâmicas grupais
				Aula expositiva
				Grupo de atividade e formulação de perguntas
				Oficina temática
				Estudo de caso sobre questões locais
				Grupos de trabalho

6. Jan/2014

Tabela 1. Continuação...

Período	Atividades	Locais e sujeitos envolvidos	Projetos de Vida Coletiva	Estratégias
7. Jan/2015	35. Saúde bucal no bairro do Jaó	Quilombo remanescente do Jaó	Saúde bucal	Anamnese
	36. Reunião com secretário de saúde	Areia Branca/São Roque	Castração de cães e gatos	Atendimento
	37. Saúde do idoso	Bairro Santa Maria	Mapeamento das redes sociais de suporte	odontológico básico
	38. Campanha de castração, vacinação e tratamento anti-helmíntico de cães e gatos	Bairro São Camilo/Vila Dignidade	Memórias de vida	Atividades de educação e saúde bucal
	39. Visita a agrovia e aterro sanitário	Guarda Civil Metropolitana		Recreação com crianças
	40. Curso de metodologias ativas de ensino			Imersão
	41. Agenda local GCM			Reunião
	42. Imersão no bairro Santa Maria			Procedimentos cirúrgicos de castração e vacinação
				Oficinas de atividades
				Construção de documentário
				Coleta de narrativas em visitas domiciliares
			Fotografia	
			Atividades de lazer e esportivas	
			Roda de conversa	
8. Jul/2015	43. Projeto de área de convivência no Jardim Kantian	Jardim Kantian	Projeto Espaço de Convivência e Lazer	Imersão
	44. Acompanhamento da Vila Dignidade	Bairro São Camilo/Vila Dignidade	Avaliação das ações	Roda de conversa
	45. Agenda GCM	Guarda Civil Metropolitana	Acompanhamento das ações anteriores	Entrevistas domiciliares
	46. Conselho Municipal da Cidade	Conselheiros municipais da Cidade	Estruturação e retorno das atividades do Conselho Municipal da Cidade	Tabulação de dados
	47. Acompanhamento do quilombo remanescente do Jaó	Quilombo remanescente do Jaó	Avaliação das ações	Mediação entre moradores e poder público
	48. Rádio Comunitária de Areia Branca	Distrito de Areia Branca	Rádio comunitária	Atas
	49. Reunião de construção do Centro de Triagem do bairro Santa Maria	Bairro Santa Maria		Redes virtuais de acompanhamento
	50. Campanha de castração de cães e gatos			Ecomapa
	51. atendimentos clínicos			Visitas domiciliares
				Oficinas

paulista (ÍNDICE..., 2014). Os indicadores são combinados entre si, permitindo compreender, de forma mais complexa e ampliada, o desenvolvimento. Assim, os municípios são organizados pelas regiões administrativas e distribuídos em cinco grupos, que compreendem o mais alto nível de riqueza econômica com bons indicadores sociais, até riqueza econômica baixa com insatisfatórios indicadores sociais. Entre 2010 e 2012, Itapeva esteve relacionada ao grupo 4, que compreende riqueza baixa, com escolaridade e longevidade intermediárias.

Atualmente, segundo dados do IBGE (INSTITUTO..., 2016), não lançados pelo IPVS, a margem de pobreza em Itapeva atinge 29% da população, sendo 84,5% mulheres chefes de família, com filhos e sem cônjuges, e 10,2% de crianças entre 10 e 17 anos de idade, inseridas em sistemas de trabalho não remunerado (escravo), como o agrícola. Ainda sim, Itapeva é considerada uma cidade com IDH alto, assumindo a 370ª posição na relação total do estado de São Paulo (PROGRAMA..., 2010).

É facilmente identificável o descompasso temporal entre informações de cada índice, não sendo consideradas também informações mais endógenas sobre as realidades locais do município, o que conforma fragilidades nesses indicadores para o conhecimento da realidade local e os processos e orientações para o seu desenvolvimento.

3.2 Análise de conteúdo

O objetivo geral identificado nos documentos do projeto de extensão, expresso com mais precisão no *Doc. 27 – Itapeva 07*, julho/2015, foi o de apoiar

agentes locais - sociedade civil e poder público - a construir estratégias de enfrentamento às questões de vida local. A organização do trabalho das equipes a cada semestre se deu pela eleição de bairros do município identificados desde o levantamento de dados da primeira ação do projeto *Doc. 04 – Itapeva visita precursora*, jan/2014⁷, com a Secretaria de Planejamento e Obras de Itapeva. Na ausência oficial de informações sobre cada bairro, a equipe e a secretaria se reuniram para levantar dados oriundos da Secretaria de Saúde, Educação, Finanças e Planejamento para, à semelhança do IPVS e do IPRS, traçar indicadores locais de vulnerabilidade (Figura 1).

Levando em consideração os três grandes eixos, renda, educação e longevidade, os bairros indicados pela conformação dos índices para a realização das ações foram São Camilo (18,3%), Santa Maria (37,2%), Jardim Kantian (27,3%), Quilombo do Jaó (41,5%), Bela Vista (23,5%) e Distrito de Areia Branca (26,3%). O gráfico demonstra que quatro dos seis bairros de Itapeva eleitos para o projeto possuíam índices de vulnerabilidade altos, superiores ao do próprio município e do estado de São Paulo.

É importante destacar novamente as diferenças nos índices, em que somente pelas orientações de dados municipais estes não conformam informações sobre as vulnerabilidades vividas pelas populações em seus bairros, o que as tornam invisibilizadas na geografia pública. A construção dessas informações, por mais que imprecisas metodologicamente, pois não seguiram padrões sugeridos, como os indicados pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

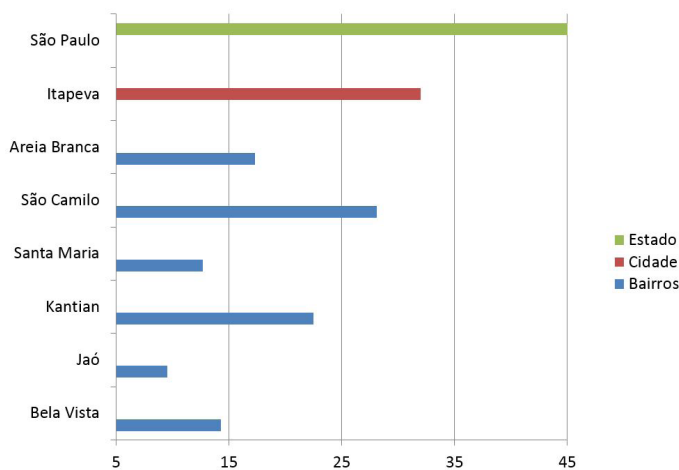


Figura 1. Índices de vulnerabilidades em porcentagem de bairros eleitos para o projeto na cidade de Itapeva comparados com o indicador do município e com o estado de São Paulo, com base no IPVS, 2014, e IPRS, 2014 (*Doc. 04 – Visita Precursora*, janeiro/2014).

(IPEA), ainda, sim, serviu de orientação às atividades locais, visibilizando-as nesta pesquisa.

A metodologia identificada para a operacionalização das ações nos bairros foi a *ensinagem em desenvolvimento local participativo* (CORREIA, 2017), que consiste numa prática educativa social para a criação e exploração de estratégias de apreensão de conteúdos locais. Os conteúdos foram identificados como os processos históricos dos locais, as narrativas sobre as experiências individuais e coletivas sobre as redes sociais de suporte, as atividades cotidianas e suas questões. Estes foram debatidos entre agentes locais e externos de diversos segmentos, a fim de elaborar estratégias de sistematização dos conteúdos e, em seguida, engajarem-se em tarefas organizadas em propostas denominadas *projetos de vida coletiva* que compreendem, objetivamente, as estratégias de enfrentamento das questões de vida local.

A *ensinagem em desenvolvimento local participativo* é uma combinação metodológica entre ensinagem (ANASTASIOU, 1998) e desenvolvimento local participativo (DLP) (ÁVILA, 2000). Sobre a ensinagem, trata-se de um termo cunhado pela educadora Léa Camargo das Graças Anastasiou, em 1994, sustentado pelas teorias de Paulo Freire, para configurar uma prática educativa social complexa que compreende tanto as ações de ensinar como de apreender. Para isso, educadores devem desenvolver habilidades de mediação entre educandos e os conteúdos críticos da realidade, superando os métodos tradicionais de dar aulas para o *fazer aulas*, que compreende os processos dialógicos de ensino-aprendizagem críticos e cotidianos (ANASTASIOU, 1998).

No conjunto de documentos investigados, identificou-se também que o termo *estratégia* foi utilizado para designar os modos de operar na realidade por meio do raciocínio da *ensinagem em desenvolvimento local participativo*. Estratégia é um termo para designar a criação e exploração de possibilidades e condições para a apreensão de conteúdos (ANASTASIOU; ALVES, 2004) e envolve recursos, técnicas, teorias e tarefas que serão propostos, criados e operados na realidade sobre um raciocínio participativo. No projeto, esse raciocínio foi identificado como Desenvolvimento Local. As estratégias, como identificadas na Tabela 1, permitiram extrair conteúdos da realidade para o debate coletivo, possibilitando ampliar percepções críticas e dialógicas sobre eles e seus encaminhamentos como projetos de vida coletiva.

Uma das estratégias mais utilizadas e que merece destaque pela sua simplicidade propositiva foi a roda de conversa, que visa aproximar pessoas entre si para que possam dialogar, debater e ampliar percepções

sobre determinados conteúdos previamente organizados (ANASTASIOU, 1998). Somada a esta, utilizou-se também a estratégia de mapeamento sobre as questões de vida local, que compreendem o registro sobre as redes de suporte e significação dos conteúdos locais (CORREIA, 2017), podendo incluir mapas territoriais, entrevistas, desenhos, iconografias etc.

Os conteúdos produzidos entre as rodas de conversas e mapeamentos foram lançados novamente em rodas como temáticas, permitindo o contato mais crítico, amplo e organizado de agentes locais, para que, em seguida, fossem criadas estratégias de agendamento, que consistiam em materializar objetivos (metas) e atividades para o processo, as quais foram denominadas de projetos de vida coletiva (PVCs) (Tabela 1), que nada mais são do que um agendamento participativo que orienta e organiza a ação coletiva local (CORREIA, 2017), também denominadas de projetos em comunidade (FRANCO, 2004). Os/as estudantes foram encorajados/as a desempenhar habilidades de mediação entre agentes locais – sociedade civil e poder público, facilitando a eliminação de barreiras na comunicação e no vínculo direto, para que os PVCs fossem efetivamente participativos.

Ao longo da operacionalização dos PVCs foram construídos periodicamente mapas, denominados *brainstorms* (Figura 2), que consistiam em registrar graficamente as trajetórias de fazeres de agentes envolvidos durante as ações. Todas as estratégias foram sinalizadas, quais agentes ou grupos de agentes envolvidos e os avanços e desafios, sempre retomando as metas iniciais e destacando as novas estratégias que surgiriam durante o processo. Isso contribuiu para ampliar as percepções e sentidos entre agentes locais de que esses processos constituíam-se como desenvolvimento local, pois, ao passo que agentes locais se mobilizavam para criar e explorar estratégias em torno das questões de vida local, isso permitia a formação e sustentação de uma rede de saberes e práticas de mútua ajuda que oferecia condições para o enfrentamento de suas questões, as quais foram solucionadas (Tabela 1) pelos projetos de vida coletiva.

A síntese dos *brainstorms* foi denominada de matriz sócio-histórica, como tradução gráfica e objetiva dos processos históricos e sociais, como argumenta (PIMENTEL, 2001), portanto da memória dos saberes e fazeres envolvidos na centralidade e condução da Terapia Ocupacional no projeto em Desenvolvimento Local, uma espécie de coluna vertebral.

Pela matriz, foi possível identificar quatro grandes dimensões extraídas pelos procedimentos de Análise de Conteúdo, que compreendem: a Dimensão do

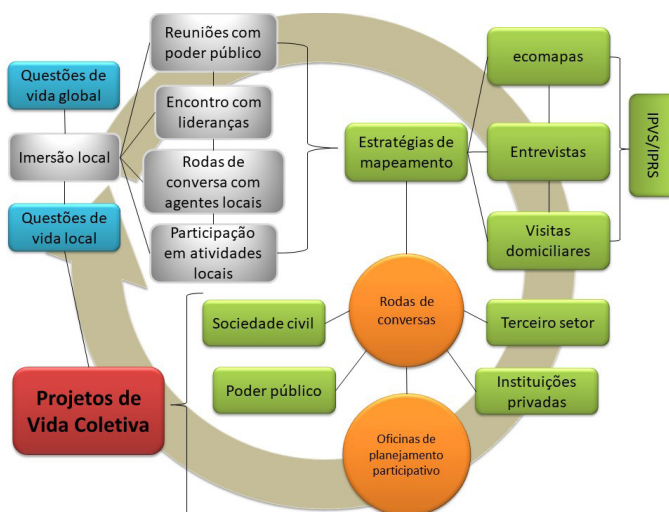


Figura 2. Síntese da matriz sócio-histórica dos *brainstorms* do projeto em desenvolvimento local da cidade de Itapeva.

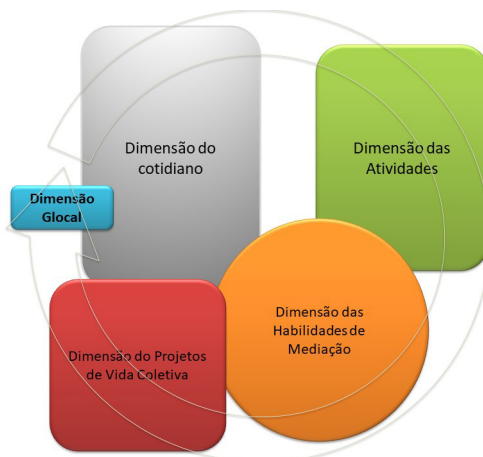


Figura 3. Dimensões do conhecimento da área de Terapia Ocupacional para o Desenvolvimento Local.

Cotidiano, a Dimensão das Atividades, a Dimensão das Habilidades de Mediação e a Dimensão dos Projetos de Vida Coletiva, como demonstradas na Figura 3. Tais dimensões são caracterizadas por construtos, ou fundamentos, identificáveis na área de conhecimento em Terapia Ocupacional, que estiveram implícitas nos documentos, tanto como aportes teóricos como de processos metodológico-práticos que possibilitaram alcances na política de Desenvolvimento Local de Itapeva.

3.2.1 A dimensão do cotidiano: imersão na vida local

A imersão é compreendida como o envolvimento face a face entre agentes locais e agentes externos, como proposto por Granovetter (2007), contextualizados em

seus processos históricos. É na imersão que categorias de significados são identificadas e compreendidas como uma rede de sustentação cotidiana que dá sentido à vida.

O local é demarcador dessa imersão, uma vez que compreende as relações entre as atividades produzidas por agentes locais, suas trocas, suas comunicações e projetos comuns. A territorialização do local é dependente desses construtos e não se esgota em demarcações simplesmente físicas, e sim pela Ordem Cultural (CORREIA; ROCHA, 2016) que estrutura e dinamiza o tempo e o espaço. Assim, o local é produzido pelas percepções de seus agentes por sentimentos de identificação com aquilo que fazem, com os lugares que percorrem e com as pessoas que se relacionam. Segundo Akerman (2005), trata-se de uma produção simbólica de dimensões políticas.

Félix et al. (2009) e Ávila (2012) destacam que a noção de local está intimamente relacionada à noção de cotidiano, pois compreende práticas sociais no tempo e no espaço como camadas de sentidos que produzem e colocam em curso as identidades. Para Franco (2004, p. 79), essa compreensão de local-cotidiano é identificada também como comunidade, não no senso comum de “lugar” ou “espaço físico”, mas sim das redes de imersão de significados mútuos entre pessoas que emergem ao longo da vida.

[...] O local pode ser uma região composta de vários municípios. Os limites do local são dados pelo âmbito de um processo de desenvolvimento. Por isso se diz que o local só se define no final. Porque depende do ‘tamanho’ da comunidade de projeto que conseguiu se conformar.

O cotidiano é uma categoria, ou unidade de análise, cara no que diz respeito às compreensões sobre a produção de conhecimento em Terapia Ocupacional, como argumenta Galheigo (2003). Para a autora, sobre perspectivas tanto sociológicas como filosóficas, o cotidiano é compreendido como uma dimensão temporal e espacial, em que os fatos históricos, as subjetividades, os fazeres, as relações de mútua ajuda e solidariedade, as relações de poder e as individualidades e coletividades se constituem de formas heterogêneas, entre estruturas e processos singulares e genéricos, o que se aproxima do que expõe Somekh (2008) sobre relações mútuas glocais.

Contudo, se o cotidiano do homem é produzido por esse ser singular e genérico, aí não se esgotam as formas de produção. O Estado, as instituições e as corporações são produtores e controladores tenazes da vida cotidiana. Nas sociedades capitalistas contemporâneas, a manutenção da constante produção dos bens de consumo faz com que se trabalhe na constante produção do desejo (GALHEIGO, 2003, p. 106).

O extravasamento monetário dos fluxos globalizantes financeiros e contraditórios (ÁVILA, 2012), ou os processos econômico-sociais, como destacados por Ghirardi (2016), toma a vida cotidiana produzindo sentidos que conformam os modos de participação das pessoas, enquanto fragilidade do poder político nas tomadas de decisão e condução dos ativos para guiar a vida coletiva e individual.

A imersão cotidiana, ou local, surge nos processos de *ensinagem em desenvolvimento local participativo* como um alcance às políticas de Desenvolvimento Local, a fim de compreender face a face as redes de significação, singulares e genéricas – glocais/cotidianas,

que imprimem sentidos para a compreensão da realidade e a conseguinte criação e exploração de estratégias para o enfrentamento das questões de vida local.

3.2.2 A dimensão das atividades: estratégias de apreensão de conteúdos

Na ensinagem, segundo Anastasiou e Alves (2004), a criação e exploração de estratégias são sempre conjuntos de atividades, compreendidos como fazeres que resultam da relação entre pessoas e seus ambientes. Estes, além de significar a existência dessa relação, permitem também a sua continuidade, servindo como mediadora de processos.

Sobre a perspectiva local, as atividades são preenchidas de conteúdos oriundos da realidade cotidiana, e, portanto, servindo tanto para a coesão das redes locais como para sua desagregação. As atividades são discursos, formas de comunicação, tarefas e atitudes operadas por raciocínios: visões de mundo e paradigmas que tentam se aproximar ao máximo dos sentidos e conteúdos da realidade.

Para Anastasiou e Alves (2004), sobre a compreensão da ensinagem, as atividades não devem ser reduzidas à noção de recursos, noção positivista, ainda identificada em muitas práticas em Terapia Ocupacional. Para os autores, as atividades são dinâmicas sociais complexas entre pessoas e seus universos, como também argumenta Costa (2008), e que permitem a construção de conhecimentos e formas de existir. Entretanto, os recursos e as técnicas são importantes na materialização de determinadas dinâmicas, para operar objetivamente os conteúdos da realidade, mas devem ser contextualizados pelas redes de significação local de forma estratégica.

Cabe aproximar a ideia de estratégia à noção de atividade humana enquanto elemento “fundamental para a construção da existência” (LIMA; OKUMA; PASTORE, 2013, p. 246). Essa noção “corresponde a uma motivação do agente e cujo componente básico é a ação que transforma essa motivação em realidade” (DE CARLO, 1991 apud LIMA; OKUMA; PASTORE, 2013, p. 246) e, portanto, as atividades podem ser operacionalizadas por meio de estratégias, materiais e imateriais.

Para Lima et al. (2013), as atividades humanas são centralizadoras na constituição do campo profissional e da área do conhecimento em Terapia Ocupacional brasileira. Para os processos de Terapia Ocupacional em *ensinagem em desenvolvimento local participativo*, as atividades humanas são compreendidas enquanto

dinâmicas sócio-históricas do cotidiano e por elas é possível a compreensão dos conteúdos da realidade que dão sentido à vida, permitindo, pela percepção crítica, a visualização de questões de vida local e o engajamento em novas dinâmicas para o seu enfrentamento.

Se as atividades humanas são processos e produtos da interação entre pessoas e seus ambientes, como afirma Costa (2008), serão elas também que servirão como fundamento do raciocínio estratégico em Desenvolvimento Local.

3.2.3 A dimensão das habilidades de mediação: articulação de redes de participação

A articulação de redes de participação compreende, em sentido geral, aproximar agentes locais e externos, mediante a criação e exploração de estratégias, para, juntos, debaterem, dialogarem, tomarem decisões e se engajarem em ações coletivas que dizem respeito às questões de vida local.

Para isso, é necessário que terapeutas ocupacionais operem primeiramente na imersão local, compreendendo as redes de significação cotidiana, para criar e explorar estratégias de identificação, mapeamento e levantamento de dados sobre pessoas-chave em um dado contexto local, informações oficiais sobre vulnerabilidades, narrativas singulares da população, lugares acessíveis para reunir as pessoas em rodas de conversa, permitir a dialogicidade crítica e produtiva em torno do bem comum e o encaminhamento de demandas e projetos que atendam de forma objetiva aos desejos de agentes locais.

Essas e outras dinâmicas do processo de *ensinagem em desenvolvimento local participativo* exigem habilidades denominadas aqui de mediação, que compreendem aspectos da comunicação objetiva e fluida, como de atitudes assertivas e proativas em torno dos processos. Como argumentam Anastasiou e Alves (2004), trata-se também de habilidades cognitivas, pois é essencial que a pessoa que desempenha essa mediação entre agentes e seus conteúdos seja sensível e capaz de fazer leituras entre as dimensões micro e macrosociais.

3.2.4 A dimensão dos Projetos de Vida Coletiva: construindo comunidades

Os Projetos de Vida Coletiva (PVCs), como já destacados, conformam os desejos coletivos, traduzidos em objetivos e atividades que engajarão

agentes locais para a prática de enfrentamento das questões de vida local (CORREIA; ROCHA, 2016).

O reconhecimento inicial das questões de forma coletiva e a dialogicidade crítica sobre elas permitem maior engajamento de agentes, assim como facilitam a articulação das redes entre os diversos segmentos sociais.

A avaliação identificada na construção dos mapas, ou *brainstorm*, das trajetórias dos processos conduz agentes locais a sentimentos de efetividade de ações, como também de identificação de conflitos que dependerão das mesmas estruturas de engajamento para a sua solução.

Colaborar para a construção de projetos de vida, seja individuais ou coletivas, é o compromisso fundamental de terapeutas ocupacionais em quaisquer contextos de atuação. Trata-se de colocar em operação raciocínios que facilitem a participação nas atividades que dão sentido à vida e que, portanto, permeiam um repertório vasto de referenciais teóricos, modelos, paradigmas e abordagens; a *ensinagem em desenvolvimento local participativo* é só mais um componente desse repertório.

A dimensão dos PVCs compreende um sentido prático sobre o objeto de conhecimento em Terapia Ocupacional enquanto ocupação humana. Esse sentido é tratado como os modos de participação das pessoas nas atividades da vida cotidiana e que, pela participação, produzem sentidos e significados. O PVC é a finalidade dos processos de ensinagem em desenvolvimento local participativo, para isso, há uma série de atividades e trajetórias que se compõem mutuamente para que os projetos sejam conformados, assim como uma série de forças que incidem sobre ele.

Caberá a terapeutas ocupacionais identificar de que maneira seus aportes pessoal-teóricos permitirão, em certa medida, o engajamento e a participação de pessoas efetivamente nas atividades da vida, de modo que estas, como propõe Sen (2000), possam operar suas trajetórias em liberdade. Sobre a perspectiva do Desenvolvimento Local, espera-se que os PVCs possam conduzir redes de fazeres para a construção de comunidades.

3.3 O alcance da Terapia Ocupacional no desenvolvimento local

O modo como as dimensões da área de conhecimento em Terapia Ocupacional se organizaram como matriz sócio-histórica do projeto conforma uma metodologia, já denominada de *ensinagem em desenvolvimento local participativo*, que almeja servir de contribuição

ao Desenvolvimento Local, como no exemplo de Itapeva, e que terapeutas ocupacionais encontrem um potencial campo de atuação.

No *Doc. 27. Itapeva 07*, julho/2015, verificou-se que essa metodologia foi utilizada pela prefeitura de Itapeva para iniciar a construção de fóruns permanentes de projetos para o desenvolvimento da cidade. Para tanto, foi retomado o projeto de lei municipal que instituiu o Conselho Municipal da Cidade (CMC) que, desde 2011, havia ficado registrado somente em papel. Com isso, organizaram-se chamadas para eleger membros para compor o CMC, tendo sido eleitos coordenadores e coordenadoras de fóruns locais, pessoas diretas ou indiretas nas lideranças locais. Os coordenadores e coordenadoras tinham como tarefas propor imersões de técnicos da Secretaria de Planejamento no cotidiano dos bairros; foram utilizadas rodas de conversa para aproximar esses agentes de moradores, para compreender e debater as questões de vida local e mapear suas questões e suas redes locais. Em seguida, foram criados projetos de vida coletiva e levados para a Conferência Municipal da Cidade de Itapeva, realizada em 2016, em que foram debatidos amplamente os PVCs, tendo elegido demandas macro para a cidade, respeitando as demandas específicas dos locais.

As associações de moradores e suas lideranças foram organizadas, de forma participativa, como operadores, articuladores e observadores do andamento dos PVCs, em íntima relação com o poder público.

Assim, é possível identificar que houve alcance da Terapia Ocupacional no desenvolvimento local de bairros de Itapeva, mediante a construção dos processos de *ensinagem em desenvolvimento local participativo*, que tiveram como base as dimensões da área de conhecimento em Terapia Ocupacional.

O alcance sobre a perspectiva dos efeitos gerados é processual, mas também observável, como o aumento da participação de moradores no diálogo com o poder público mediante a organização em associações de moradores; as respostas efetivas dos PVCs como no Quilombo do Jaó, em que no primeiro ano do projeto as demandas relacionadas à organização de moradores e a estrutura física do bairro foram atendidas com a construção da sede da associação de moradores, pavimentação das principais vias de acesso do Quilombo, iluminação pública, tratamento de poços artesianos, criação de duas linhas de ônibus ligando o Quilombo ao centro da cidade de Itapeva, entre outros. A concretização de objetivos do PVC permitiu que agentes locais reconhecessem criticamente a força da ação coletiva para o enfrentamento das questões de vida local e a coesão de suas redes de participação.

[...] trata-se de propor uma terapia ocupacional interessada em descrever formas de intensificar a polifonia, a participação em situações comuns, nos fazeres que compõem o cotidiano da esfera social da vida, numa abordagem menos personalista e mais sistêmica do fazer. Essa dimensão coletiva, de busca de semelhanças no fazer ao invés de diferenças no ser ou no estar, de positivities coletivas, ao invés de negatividades individuais, demanda um deslocamento na prática da terapia ocupacional ao reconhecer que, de um modo ou de outro, se vive em sociedade e que a dimensão participativa e social da vida pública não é redutível à esfera individual e privada dos padeceres cotidianos. Há o reconhecimento de que as pessoas organizam formas de fazer e, contemporaneamente, se organizam em torno de fazeres necessários à vida daquela coletividade (GHIRARDI, 2012, p. 18-19).

Um destaque importante para o alcance da Terapia Ocupacional no desenvolvimento local de bairros de Itapeva foi também o compartilhamento direto e proposital da metodologia do projeto pela equipe com agentes do poder público (Tabela 1). Prefeito, secretários e secretárias de diversos setores e profissionais de diversos segmentos participaram de duas oficinas sobre Planejamento Estratégico Participativo (*Doc. 10. Itapeva 03* – janeiro/2013) e Estratégias em Desenvolvimento Local Participativo (*Doc. 17. Itapeva 04* – janeiro/2014).

Esses processos, conformados na matriz do projeto, podem ser compreendidos como uma espécie de comunitarização, como defende Higgins (2005), uma rede de relações participativas que se estruturam e operam para a produção do bem comum. Para o autor, a comunitarização é um sentido sobre o capital social enquanto rede de relações entre pessoas, suas atividades e lugares que conformam o substrato de apoio, inventividade e projeção das necessidades, desejos e sonhos coletivos.

Para D'Araujo (2010), quanto maior é o envolvimento de pessoas em ações comuns em torno de suas dimensões locais, maior é o capital social oferecendo possibilidades para que elas operem a vida da maneira como julgarem querer viver, de forma positiva, expandindo suas liberdades em relações de mútua ajuda.

O bom funcionamento da coisa pública, segundo a autora, como demonstrado nos estudos de Robert Putman e James Coleman, depende do capital social. Esse bom funcionamento é o mesmo que a governança, ou seja, o poder compartilhado entre sociedade civil e poder público na gestão da vida

cotidiana. Com isso, os capitais, ou ativos, físico, financeiro, humano e cultural interseccionam-se mutuamente, produzindo o desenvolvimento.

4 Conclusão

Por meio da pesquisa documental foi possível compreender os alcances da Terapia Ocupacional no desenvolvimento local na cidade de Itapeva. Tais alcances compreenderam as dimensões do cotidiano, das atividades humanas, das habilidades de mediação e dos projetos de vida coletiva, que são identificados na literatura da área como aproximações e fundamentos de sua constituição enquanto profissão e área de conhecimento, e que, por tanto, contribuem para projetos de desenvolvimento local.

Há limites reconhecidos nessa pesquisa, em especial pelo caráter documental, que impedem extrapolar, por diversos motivos, a longitudinalidade dos resultados e o estado atual dos processos. No entanto, as informações aqui investigadas e os resultados produzidos deixam caminhos abertos para a continuidade de pesquisas em Terapia Ocupacional e Desenvolvimento Local.

Assim, a Terapia Ocupacional pode alcançar as estruturas e os funcionamentos políticos para o desenvolvimento local, por meio de processos que levem em conta a construção de redes de fazeres que mobilizem o engajamento participativo de agentes locais.

Referências

AKERMAN, M. *Saúde e desenvolvimento local: princípios, conceitos, práticas e cooperações técnica*. São Paulo: Hucitec, 2005.

ANASTASIOU, L. G. C. *Metodologia do ensino superior: da prática docente a uma possível teoria pedagógica*. Curitiba: IBPEX, 1998.

ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. P. *Processos de ensinagem na universidade*. Santa Catarina: Editora Univille, 2004.

ÁVILA, V. F. Pressupostos para a formação educacional em desenvolvimento local. *Interações*, Campo Grande, v. 1, n. 1, p. 63-76, 2000.

ÁVILA, V. F. “Paciência”, capitalismo, socialismo e desenvolvimento local endógeno. *Interações*, Campo Grande, v. 9, n. 1, p. 85-98, 2008.

ÁVILA, V. F. Dupla relação entre educação e desenvolvimento local (endógeno-emancipatório). *Paidéia*, Belo Horizonte, v. 9, n. 12, p. 13-49, 2012.

AZEVEDO, C. O sentido de missão no imaginário político norte-americano. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 77-90, 1998.

BÁEZ, F. *A história da destruição cultural da América Latina: da conquista à globalização*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

BAQUERO, M. *Qual democracia para a América Latina?* Capital social e empoderamento são a resposta? Porto Alegre: UFRGS Editora, 2013.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2016.

BAUMAN, Z. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999.

BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

BOURDIEU, P. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Globalização e competição: por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CORREIA, R. L. *Processos de ensinagem em desenvolvimento local participativo: a articulação comunitária e a produção do conhecimento fronteiriço enquanto capital social*. 2017. 323 f. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) - Faculdade de Medicina do ABC, Santo André, 2017.

CORREIA, R. L.; ROCHA, C. S. Ordem cultural e desenvolvimento local participativo: estrutura para a prática do terapeuta ocupacional. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v. 24, n. 1, p. 205-216, 2016.

COSTA, S. L. *Os sentidos da comunidade: construções intergeracionais de memória coletiva na ilha das caieiras, em Vitória – ES*. 2008. 337 f. Tese (Doutorado em Psicossociologias de Comunidades e Ecologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

D’ARAUJO, M. C. *Capital social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2010.

D’ÁVILA NETO, M. I. A porta, a ponte e a rede. *Revista Documenta*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 8, p. 13-26, 2002.

FÉLIX, W. J. S. et al. A relação entre tecnologia social e o desenvolvimento local participativo: a Apaeb e o Instituto Palmas como expressão destes vínculos. *Revista ADM/MADE*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 16-33, 2009.

FRAGOSO, A. Contributos para o debate teórico sobre desenvolvimento local: um ensaio baseado em experiências investigativas. *Revista Lusófona de Educação*, Lisboa, v. 5, n. 5, p. 63-83, 2005.

FRANCO, A. *O lugar mais desenvolvido do mundo: investimento no capital social – projeto DLIS*. Sobradinho de Melo: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2004.

FREITAS, M. T. A. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 116, p. 21-39, 2002.

GALHEIGO, S. M. O cotidiano na terapia ocupacional: cultura, subjetividade e contexto histórico-social. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 104-109, 2003.

- GHIRARDI, M. I. G. Terapia ocupacional em processos econômico-sociais. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v. 20, n. 1, p. 17-20, 2012.
- GHIRARDI, M. I. G. Terapia ocupacional e processos econômico-sociais. In: LOPES, R. E.; MALFITANO, A. P. S. *Terapia Ocupacional social: desenhos teóricos e contornos práticos*. São Carlos: EdUFSCar, 2016. p. 09-374.
- GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. *Revista FGV*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 1-41, 2007.
- GUAJARDO, A. C. Enfoque y praxis en terapia ocupacional. Reflexiones desde una perspectiva de la terapia ocupacional crítica. *Revista de Terapia Ocupacional Galicia*, Coruña, v. 9, n. 5, p. 18-29, 2012.
- HIGGINS, S. S. *Fundamentos teóricos do capital social*. Chapecó: Argos Editora, 2005.
- ÍNDICE PAULISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL – IPRS. *Região Administrativa de Itapeva: dados de 2014*. São Paulo: ILP, 2014. Disponível em: <<http://indices-ilp.al.sp.gov.br/view/index.php?selLoc=0&selTpLoc=4&prodCod=1>>. Acesso em: 23 jun. 2016.
- ÍNDICE PAULISTA DE VULNERABILIDADE SOCIAL – IPVVS. *IPVVS 2010: Itapeva*. São Paulo: Seade, 2016. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/analises_estudos/indice-paulista-de-vulnerabilidade-social-ipvs-versao-2010/>. Acesso em: 23 jun. 2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Cidades@: Itapeva*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=352240>>. Acesso em: 23 jun. 2016.
- ITAPEVA. Prefeitura Municipal. *Conheça Itapeva: história e perfil da cidade*. Disponível em: <<http://www.itapeva.sp.gov.br/conheca-itapeva/>>. Acesso em: 23 jan. 2016.
- KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. *Revista de Investigaciones UNAD*, Bogotá, v. 14, n. 2, p. 55-73, 2015.
- LIMA, E. M. F. A.; OKUMA, D. G.; PASTORE, M. N. Atividade, ação, fazer e ocupação: a discussão dos termos na Terapia Ocupacional brasileira. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v. 21, n. 2, p. 243-254, 2013.
- MARQUES, E. *Redes sociais e segregação e pobreza*. São Paulo: UNESP: Centro de Estudos da Metrópole, 2010.
- MIGNOLO, W. D. *Historias locales/diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madri: Editora Madrid, 2013.
- MONTAÑO, C. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 110, p. 270-287, 2012.
- OLIVEIRA, N. S.; MAIO, M. C. Estudos de comunidade e ciências sociais no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 26, n. 3, p. 521-550, 2011.
- PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 2, n. 114, p. 179-195, 2001.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil: Itapeva*, 2010. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2010. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/644>. Acesso em: 23 jun. 2016.
- RIBEIRO, A. C. T. O desenvolvimento local e a arte de “resolver” a vida. In: LIANZA, S.; ADDOR, F. *Tecnologia e desenvolvimento social e solidário*. Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS, 2005. p. 109-120.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: EdUSP, 2014.
- SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, São Leopoldo, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- SOARES, W. Desenvolvimento capital social: da análise de redes sociais ao recorte teórico das desigualdades. In: MATOS, R.; SOARES, W. *Desigualdades, redes e espacialidades emergentes no Brasil*. Garamond: Rio de Janeiro, 2010. p. 59-90.
- SOMEKH, N. Construção social da cidade: desenvolvimento local e projetos urbanos. In: DOWBOR, L.; POCHMANN, M. *Políticas para o desenvolvimento local*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 17-40.
- SOUZA, M. L. *Desenvolvimento de comunidade e participação*. Cortez: São Paulo, 1987.
- UGÁ, V. *A pobreza como questão social*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2011.
- VALLADARES, L. P. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

Notas

¹ Trata-se de um artigo original e inédito como desdobramento da pesquisa de doutorado em Ciências da Saúde, intitulada “Processos de ensinagem em desenvolvimento local participativo: articulação comunitária e a produção do conhecimento fronteiriço enquanto capital social”, defendida na área de concentração em Saúde Coletiva, na linha de pesquisa em Determinantes Sociais e Políticas Públicas da Faculdade de Medicina do ABC. Projeto aprovado pelo Comitê de Ética da Faculdade de Medicina do ABC, sob o parecer nº 1.516.433, de 27 de abril de 2016.

² O programa ainda é ativo nos EUA.

³ Coloca-se neste bojo a Espanha, nação que teve forte expansão colonizadora entre os séculos XVI e XVII.

- ⁴ Para Báez (2010), mais de 60% das obras artístico-culturais de povos latino-americanos, antes e depois das colonizações, estão hoje, de forma imoral-ilegal, em países como França, Inglaterra, EUA, Itália, entre outros. Essa imoralidade é o que autor chama de pilhagem, ou seja, processos de roubo, saque e destruição das produções de um povo para dizimar sua memória social e inserir o seu poder político-econômico.
- ⁵ Faculdade de Medicina do ABC, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, Universidade Metodista de São Paulo, Universidade de Santo Amaro e Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- ⁶ Os cursos envolvidos no projeto foram: Terapia Ocupacional, Medicina, Enfermagem, Veterinária, Biomedicina, Nutrição, Ciências Farmacêuticas, Fisioterapia, Psicologia, Ciências Biológicas, Odontologia, Administração, Direito, Letras, Comunicação de Mídias Digitais, Relações Públicas, Engenharias, Design e Filosofia.
- ⁷ A primeira atuação ocorreu em janeiro de 2011, porém o documento foi divulgado somente em 2014.